

Mercosul pode ressurgir da crise

Lia Valls Pereira
Coordenadora de Projetos/IBRE

A crise argentina apresenta duas dimensões do ponto de vista das relações com o Brasil. Uma de caráter conjuntural relacionada com as perspectivas para a saída da crise. A outra é sobre as relações Brasil-Argentina no contexto do Mercosul. Após dez anos com taxa de câmbio fixa num regime de *currency board* não era esperado que as mudanças fossem fáceis.

Irrealista ou não, a paridade fixa peso/dólar servia de referência para os preços. Ao mesmo tempo, a disciplina da política monetária era assegurada pela estreita relação entre a emissão de moeda e a variação das reservas internacionais. Nesse cenário, os agentes econômicos (famílias e empresas) endividaram-se em dólar, reforçando a adesão ao sistema de paridade fixa.

Nesse regime, a entrada de reservas internacionais via capitais e/ou exportações passa a ser crucial para que o governo não só mantenha a paridade, como também evite a redução do ritmo da atividade econômica. Até meados dos anos 90, o regime parecia funcionar bem.

As privatizações e as perspectivas de ganhos numa economia que aparentava ter solucionado seus problemas de estabilidade econômica e política estimularam a decisão de investimentos estrangeiros no país, em especial de investidores espanhóis.

A crise mexicana de 1995 foi o primeiro sinal de que o capital estrangeiro não havia depositado um voto de confiança eterno em relação aos mercados dos países emergentes, inclusive o da Argentina. Após apresentar taxas de crescimento do PIB de 10,5% (1991), 9,6% (1992), 5,7% (1993) e 5,8% (1994), o PIB cai em 2,8%, em 1995, associado à redução da entrada de capital. A economia se recupera, atingindo um crescimento de cerca de 8% em 1997, mas naquele momento o tema da sustentabilidade do regime já estava presente.

A balança comercial argentina indicava problemas de competitividade e, exceto com os parceiros do Mercosul, era deficitária. Neste caso, a preferência pelo Mercosul e a estrutura de comércio (trigo, petróleo, trocas intra-setoriais da indústria automobilística), em especial com o Brasil, explicam o resultado.

E ainda ajudava a política cambial brasileira, permitindo que o peso apresentasse uma pequena desvalorização em relação ao real. As novas crises nos mercados emergentes asiáticos e a moratória na Rússia tendem a afugentar ainda mais o capital estrangeiro de curto prazo. Em 1998, a relação déficit em transações correntes e PIB na Argentina foi de 5,1%. Paralelamente, a disciplina fiscal que havia sido implementada no primeiro mandato do presidente Menem passa a ser menor no segundo mandato.

O desenrolar da história é conhecido. O novo governo De la Rúa inicia o seu mandato com uma economia em recessão, desequilíbrio nas contas fiscais, queixas sobre a parceria com o Brasil (a desvalorização do real de 1999) e, mais grave, com uma base frágil de apoio político. O agravamento da situação acaba levando a uma saída do regime cambial em circunstâncias especialmente difíceis para o país.

Após dez anos de câmbio fixo e do regime de *currency board,* criar um novo quadro referencial de disciplina macroeconômica (monetária, em especial) num ambiente de elevada instabilidade política não é trivial. Some-se ainda os bloqueios de depósitos bancários que apenas tendem a acirrar as incertezas dos agentes econômicos.

Dizer qual é a taxa de câmbio de equilíbrio é um palpite arriscado. Deixar de imediato o câmbio totalmente livre — mesmo com a baixa credibilidade do governo, para assegurar tetos cambiais — é considerado arriscado, num país que tinha o câmbio como âncora do seu programa de estabilização. É necessário antes definir as regras do novo regime monetário para que a nova moeda tenha credibilidade como reserva de valor e unidade de conta. Não é preciso dizer que a transição será mais ou menos árdua em função da possibilidade de captação de empréstimos dos organismos multilaterais.

E o papel do Brasil?

Contrário a alguns diagnósticos, a crise argentina tende a fortalecer a importância do Mercosul. Não o Mercosul entendido como uma união aduaneira clássica porque a questão da disciplina da Tarifa Externa Única (TEC) abrangendo todo o universo de produtos ainda é alvo de debates. Mas, sim, ao Mercosul na sua concepção de visão estratégica política e econômica para o desenvolvimento da região e sua inserção no cenário internacional.

Nos últimos anos essa concepção acabou sendo identificada pelo governo brasileiro como um ativo importante nas negociações de acordos comerciais (Alca, por exemplo). Só que os nossos parceiros do Mercosul muitas vezes deram sinais de que não se alinhavam automaticamente com essa posição.

"Sonhos" sobre possíveis ganhos com acordos especiais com os Estados Unidos revelavam que não compartilhavam da idéia do Mercosul, numa visão estratégica. O Brasil, por sua vez, demorou a entender a dimensão da crise argentina, iniciada em 1999, e jogou duro em relação aos pleitos do parceiro (cláusulas de salvaguardas, flexiblização da TEC).

O aprofundamento da crise argentina mudou esse quadro. A esperada ajuda dos Estados Unidos não se materializou. O apoio do Brasil na busca de ajuda financeira internacional e como importante mercado para os produtos argentinos tem sido enfatizado pelos argentinos. A dimensão política das relações Brasil-Argentina, traduzidas em medidas que se não resolvem, mas pelo menos atenuam a crise argentina, fortalece a noção da parceria estratégica. É uma primeira chance para o combalido Mercosul.

Apenas uma nota de advertência, do nosso ponto de vista, é necessária. Voltam a ganhar destaque propostas da moeda única no Mercosul. Com o término do regime de câmbio fixo na Argentina é possível se pensar em propostas de coordenação de políticas macroeconômicas e cambiais. Mas as condições para uma área monetária única estão longe de ser preenchidas pelos países do Mercosul.

O mercado comum ainda é uma etapa a ser atingida. É preciso promover a liberalização do mercado de serviços, capitais e mesmo que imperfeita, do trabalho. Isto exige, como a experiência da União Européia mostra, uma agenda extensa de caráter macroeconômico (convergência de déficits fiscais, taxas de juros, taxas de inflação) e também de regulamentações nos diversos mercados.

A moeda única é bem-vinda se entendida como uma meta a ser alcançada que auxilie na definição das prioridades e no aprofundamento da integração sub-regional. No momento a nova chance para o Mercosul depende mais de uma agenda que defina prioridades factíveis de serem implementadas do que de compromissos com uma possível moeda única para a região. E, não é preciso dizer, da normalização das condições econômicas e políticas na Argentina.